

Um Rei Constitucional (*)

LUIZ DELGADO

Os dias decisivos que o Brasil viveu de 1817 a 1847 — digamos: entre o primeiro grande surto de Independência e a instauração da experiência parlamentarista como normalidade constitucional —, foram realmente trágicos, os mais trágicos de nossa história, apesar de suporem tôdas as gerações que as piores crises são as que as atingem. À incerteza na procura das instituições vinha somar-se a indisciplina de procedimento dos indivíduos. Não seria sòmente D. Pedro, por exemplo, que não se ajustava ao domínio das normas constitucionais e legais: o próprio Patriarca, apesar de tôda a benemerência, quanto mal não nos fez com os egoísmos do seu temperamento? E os irmãos, tão menores do que êle, — Antônio Carlos ou Martim Francisco?

A nação que não existia no comêço do século e que procurava construir-se através de dificuldades sem conta, debatia-se entre as confusas doutrinas e os contraditórios exemplos que vinham da Europa ou da América, tentava ora unir-se ora desunir-se sem saber o que era melhor, envolvia-se em uma desordem constante e diária. E tudo isso não sòmente se refletia na atitude de sua gente melhor: na verdade, a situação é que refletia o drama interior daqueles homens. Os turbulentos deputados que enviávamos à Constituinte — mesmo porque não tínhamos outros para mandar — terão desempenhado as funções que idealmente seriam as suas, de modo mais exato

(*) Capítulo de um livro escrito por comissão do Conselho Universitário, sôbre a história cultural de Pernambuco.

e perfeito do que o Imperador no seu pôsto? Em face dos políticos ou dos militares que arrebatavam as oficinas tipográficas ou as costelas dos jornalistas, seriam porventura bons profissionais, integrados na ética do seu ofício, os panfletários que pululavam, insolentes e sujos de linguagem?

No entanto, assim, contrastando suas deficiências que eram gerais, com o patriotismo, a clarividência e a energia que lhes eram patrimônio próprio, alguns construíram, de fato, a nacionalidade. Inclusive, com as suas paixões, tão frequentemente injustificáveis.

Há sempre a urgência da escolha dos rumos: quando se trata de opôr-se a D. Pedro ou quando se trata de encher o vazio decorrente da abdicação, quando se tem de escolher entre o “progresso” e o “regresso”, quando se cuida de reformar — em que sentido? — ou de manter a Constituição. E há, igualmente constante, o problema de organizar e conciliar aqueles indivíduos que não somente as idéias dividem mas que envenenam o debate político pelo que se diria certo ódio pessoal: a luta de Feijó com os Andradas, a oposição de Feijó a Bernardo Vasconcelos ou de Honório Hermeto a Feijó, evidenciam sentimentos que serão ressentimentos, disposições pessoais irredutíveis.

Os descomedimentos temperamentais de D. Pedro I, os arrancos do seu autoritarismo, sua incapacidade de escolher conselheiros, as atribulações de sua própria existência pessoal — tudo conduziu ao episódio de abril de 1831. Mas, “só na hora da insurreição” — resume um escritor autorizado, Otávio Tarquínio de Souza, — “existira união de vistas, concordância de objetivos e aspirações; só nesse momento todos estiveram de acôrdo em face do fim imediato que era não permitir mais o predomínio dos absolutistas e a obstinação do monarca em não compor ministérios simpáticos à opinião popular e com apoio na Câmara dos Deputados” (*História dos Fundadores do Império* — vol. VII — Diogo Antônio Feijó, pág. 131). Logo se separaram os moderados e os exaltados — êstes sendo os que haviam promovido o movimento, e aqueles, os que vieram a assumir o comando da nova situação. E a desordem tomou conta das ruas do Rio de Janeiro, ameaçando fazer o mesmo,

em ondas mais largas, em todo o país. Foi nesse ambiente que se destacou a figura de Feijó, restaurando simplesmente a segurança pessoal, abafando a anarquia com as mãos fortes.

Numa segunda etapa dêsse esforço, quando se procurou mais unidade no govêrno, passando-se da regência trina à administração de um só regente, foi-lhe entregue o bastão.

Otávio Tarquínio de Souza recorda o louvor que fêz Evaristo da Veiga a Feijó: “uma probidade sem nota e sem suspeita, um desinterêsse a tôda prova, conhecida aversão a todos os hábitos de corrupção palaciana, simpatia cordial pelas instituições, fôrça dalma para não ser inferior às grandes crises, constância de caráter para levar avante o que empreender no sentimento da utilidade pública”... “Tudo isso sobrava a Feijó, mas não bastava” comenta o escritor fazendo a citação. O excesso do pessoalismo ia fazer com que Feijó não fôsse, na Regência, tão benemérito quanto fôra no ministério da Justiça.

Implanta-se de nôvo e recresce a inquietação no país. Não podendo levar os outros de vencida e não querendo ceder em nada, o padre paulista resolve sair de cena. Começa a procurar um substituto. Consulta seus amigos pessoais ou políticos. A situação do país era tal que ninguém aceita. “Nem Limpo de Abreu, nem Costa Ferreira, nem Aureliano Coutinho, nem Alves Branco, ninguém queria ser regente. Menos ainda o quis Paula Sousa, também sondado. Foi então que Feijó, atendendo a uma sugestão dêste último, pensou em Araújo Lima capaz de dar um *bom rei constitucional*” (id., pág. 291). E assim se resolveu a crise.

Pedro de Araújo Lima era um pernambucano nascido em Serinhãem, em 1793. Doutor em Coimbra onde reside ao tempo da revolução de 1817, volta a Pernambuco em 1820 e será eleito nosso representante às Côrtes Constituintes de Lisboa. Faz parte da comissão brasileira incumbida de formalizar o intento de manter unidos o Brasil e Portugal, criando o sistema de dois reinos autônomos com um Rei só e um Parlamento comum. O projeto é repellido, Portugal insiste na recolonização, o Brasil torna-se independente e Araújo Lima, via Inglaterra, retorna a Pernambuco a tempo de ser eleito para

nova Constituinte, a do Rio de Janeiro. Em 1824, enquanto Pernambuco se prepara para a segunda revolução, volta a viajar pela Europa. É uma viagem de meditação e de estudo, de que regressa três anos depois, para realizar a sua grande carreira política.

Deputado, seu prestígio cresce de modo seguro e tranquilo. Tem votos para membro da Regência trina, tem votos para senador pelo Rio de Janeiro — e são sempre votações significativas. Na própria escolha do Regente único, a decidir-se entre Feijó e Holanda Cavalcanti, o futuro Marquês de Olinda tem mais votos do que Lima e Silva: tudo é sinal de que a sua eficiência silenciosa era reconhecida um pouco por toda parte — nesse período em que não pode ser invocada a sua ancianidade, a sua condição de antigo Regente para explicar a sua autoridade.

Em 1837, troca a presidência da Câmara por uma cadeira no Senado. Feijó escolhe-o na lista tríplice votada em Pernambuco e, no momento em que o novo senador lhe vai agradecer a escolha, o desanimado Regente confia-lhe o plano de fazê-lo ministro e passar-lhe o cargo. Escreve o Sr. Luís da Câmara Cascudo: “Feijó estava doente e abandonado. O momento ditou-lhe a solução única. Ia passar o mando ao chefe adverso. Guerreiro político duma ténpera inflexível, deu a última ferida em Bernardo de Vasconcelos — escolheu outro” (“O Marquês de Olinda e o seu tempo”, pág. 168).

Regente, Araújo Lima organiza um ministério que será conhecido como “das capacidades”; além da dedicação e da competência que cada um traz para o serviço, “qualquer um era tipo de orador — escreve Câmara Cascudo. Bernardo de Vasconcelos, sozinho, valia bancada”. Com a ação e a oratória, asseguram um trabalho que será benéfico e fecundo, mesmo que muitos problemas se apresentem como insolúveis — em primeiro lugar o da ordem pública que só se vai implantando com dificuldade, ora num ponto, outra noutro.

De qualquer forma, o Regente mantém na Câmara uma ascendência que lhe permite caminhar seguro. “Para derrubar toda aquela organização, só o Tempo. Os outros fatores — impaciência popular, desânimo administrativo, instabilidade

ministerial, ânsia de renovação e de novidade, ambição de partido sem esperança de domínio sob formas comuns e legais, influíam disparatadamente no espírito ambiental da Câmara. Araújo Lima levava, com vontade ou sem ela, ante a sua impeccável polidez, todo aquele mundo resmungador e teórico”... (Cascudo, pág. 180). Nesse ambiente, elabora-se a Lei de Interpretação que ajuda a autoridade a efetivar os dispositivos constitucionais. “Araújo Lima” — diz, mais adiante, o mesmo escritor — “mantinha uma maioria tão segura como esmagante na Câmara. Era preciso para abalar-lhe a estrutura, um golpe estranho, anormal, fora dos ritmos usuais e costumeiros. Agora, não se confiaria a um movimento de cólera popular o segredo da mudança administrativa. Araújo Lima, sem a dura fisio-nomia de Feijó, não fugia do posto e levava a campo alheio o seu avassalador prestígio. Não seria no terreno das votações parlamentares que Holanda Cavalcanti ou Antônio Carlos levasse a esperança da decisão partidarista. Apelar-se-ia para um movimento impressionador, romântico, suggestionando inevitavelmente a mobilidade da multidão. Atirar-se-iam frente ao amor próprio de uma criança, a hirta tradição constitucionalista do Senado, a simpatia coletiva e a ambição cauta e suspicaz dum partido votado a mais três anos de arredamento administrativo”. Em poucas palavras: para afastar o Regente, utilizava-se o menino-Imperador. Foi a Maioridade.

Ainda aí — ou sobretudo aí — Pedro de Araújo Lima foi politicamente perfeito. Não deblaterou nem tonteou. Obstruiu em alto estilo. Colocou o assunto em termos tais que a derrota não lhe foi desonra.

“Olinda — no dizer do Sr. Heitor Lyra: aliás, Pedro de Araújo Lima somente será Visconde de Olinda em 1841, — apesar de saber que os liberais maioristas não visavam outra coisa senão alijá-lo do poder para se colocarem no governo, não era contrário, em princípio, à antecipação da maioridade. Estava disposto a abrir mão dos dois anos que lhe restavam de governo e entregar ao Imperador rapaz a chefia efetiva do Estado. Somente, não queria afastar-se da boa doutrina jurídica e não via outro meio de chegar-se lá que não fôsse o da revisão constitucional. Falhado esse recurso, parece que o Regente já se

conformava com aguardar apenas o mês de dezembro próximo, quando o Imperador completaria quinze anos de idade. Daí, o ter adiado as Câmaras até novembro". Também êsse plano falhou. Mas o pernambucano senhor de engenho de Serinhãem agira de modo absolutamente fidalgo. Não bateu nenhuma porta ao sair. Saiu incólume em sua altivez, seguro de si, esperançoso. E convém reter êsse traço psicológico, para julgar certas acusações que surgirão depois, a propósito de outra saída, a de 1849, quando êle deixa não a Regência mas um simples ministério.

Depois da Maioridade, uma curva política vai definir-se no país — pôde registrá-la, depois, a história — nos anos de 1847 e 48.

O marco legal é a criação da presidência do Conselho de Ministros, em julho daquele primeiro ano. Com isso, implantava-se uma coordenação do governo que não apenas cumpria melhor o espírito constitucional como, principalmente, devia confirmar a ação unificadora da monarquia, resguardando-a. Os ministros deixavam de ser escolhidos, de um por um, pelo Imperador, em cujos ouvidos os íntimos poderiam soprar insinuações de toda espécie, e passavam a ser um corpo solidário, um tanto mais forte em face dos individualismos que caracterizam ainda hoje a política e — quem sabe se não, também, — o espírito nacionais. No entanto, essa mudança de técnica governamental envolvia um movimento mais profundo em que se vinha exaurir um estágio da nossa mentalidade política: aquêle extinguir-se das lutas da independência e da organização constitucional que muitos historiadores datam do gabinete Paraná, com a sua Conciliação em 1853, anuncia-se agora quando se está assinalando — em palavras do historiador Heitor Lyra — "o fim do liberalismo revolucionário que se implantara no poder com o golpe de estado maiorista de 1840, se desmoralizara, em seguida, com as rebeliões de S. Paulo e de Minas Gerais em 42, perdera depois a grande partida dos Farrapos em 45, para receber o golpe de misericórdia com a derrota dos Praieiros em Pernambuco em 1849" (*História de Dom Pedro II*, tomo I, pág. 296).

Êsse estado inquieto de espírito, gerando revoluções, susci-

tava intranquilidade, internamente, no grupo político. Apoiada nos chamados liberais, a situação governamental diluía-se. Escreve o mesmo Sr. Heitor Lyra: os homens disponíveis para o governo entre êsses liberais "eram prata usada e já gasta, quando não inteiramente desmoralizada. Almeida Tôrres (Macaé), Alves Branco (Caravelas), os dois Cavalcanti (Albuquerque e Suassuna), Paula Sousa, Limpo de Abrau (Abaeté), os maiores do partido, eram homens que o poder usara, que haviam perdido o crédito da opinião pública e com os quais era impossível implantar no país o regime de paz e de ordem de que êle tanto necessitava" (pág. 299).

Êsse ano de 1848 começara com um ministério chefiado por Alves Branco; em março, o poder passou a outro, presidido por Almeida Torres; em maio (no dia 31), veio um terceiro, de Paula Sousa. Foi semelhante instabilidade dentro da situação liberal, que o Imperador tentou impedir que se refletisse em toda a vida nacional, chamando ao poder os conservadores.

A criação da Presidência do Conselho, em 1847, a ascensão dos conservadores no ano seguinte e a posterior Conciliação promovida pelo Marquês do Paraná, constituem uma série de procedimentos que mostram uma procura de eficácia política e, ao mesmo tempo, uma procura de rumos ideológicos, numa ultimação, num encerramento do passado.

E eis que D. Pedro se lembra de Araújo Lima, como dêle se lembrara Feijó, cerca de dez anos atrás.

"Sua volta ao poder" — escritor Heitor Lyra — "significa uma verdadeira *rentrée en scène*. Afastado do poder por ocasião da maioridade do Imperador, apeado — é a expressão exata — pelo facciosismo e ambição de mando dos Andradas, êle teve a habilidade de conservar-se distanciado do espírito de facção que dominou a política brasileira nesses últimos oito anos, sem contudo deixar-se eclipsar. Não se expôs. Não se gastou. Foi hábil e prudente. Conservador por índole e por educação política, não quis acompanhar Bernardo de Vasconcelos nos seus arroubos de eloquência, nem Honório Hermeto nos seus atos de despotismo. No fundo, como um orgulhoso que era, tinha-se na conta de homem necessário e poupava-se para as grandes crises".

O autor que vem sendo citado para continuidade do relato e da interpretação, invoca, em favor dêsse juízo que enuncia, Tavares de Lyra.

Frise-se desde logo a curiosa circunstância de que, ao falar sobre o Marquês de Olinda, quase não há um escritor que não avance um julgamento pessoal, que não sinta a necessidade de se referir ao caráter do personagem. E é claro que nem sempre as sentenças serão justas. Aí está, por exemplo, Araújo Lima calculando um retraimento para aparecer numa hora especial, à altura da importância que se dava a si próprio... Outros falarão do mesmo modo — mas haverá quem tenha linguagem diferente. De qualquer maneira, interessa anotar que essa presença da personalidade, impondo-se à atenção dos críticos recentes, talvez se tenha imposto igualmente aos políticos da época. O segredo do Marquês não estará, então, em seus orgulhos ou em suas manobras — senão nele mesmo. Ele era realmente poderoso: será o primeiro dado de sua psicologia.

O sr. Heitor Lyra continua, páginas adiante: “Olinda a todos subrepujava. Antigo Regente do Império, nenhum outro, além de Feijó que já era morto, aliás, alcançara posições tão elevadas. Nenhum dispusera de uma soma tão grande de poder, desfrutara igual autoridade, assumira tão largas responsabilidades. Na galeria dos grandes do Império, o seu lugar só podia ser e era, de direito, o segundo, logo abaixo do Imperador, com apanágios de um verdadeiro Vice-Rei” (pág. 301).

Como se vê, é o passado do Marquês que vem para o primeiro plano — o fato de ter sido Regente, à frente dos demais. Quando ele, porém, construiu êsse passado, chegou a tal relêvo — é claro que outra coisa devia justificar a ascensão... Agora, ele valia porque subira antes; e antes, por que subira? Não são as circunstâncias externas em que se desenrolou a sua carreira e que de certo modo a representam, — que nos explicam Araújo Lima. É a sua personalidade.

Inventaram que ele seria um bom rei constitucional — isto é, um juiz tranquilo e isento, capaz de ver subir, com a mesma alma, ora um partido, ora outro. Como conciliar, porém, semelhante capacidade de isenção com a vocação de escolher e decidir que era a condição indispensável do seu comando e do

seu prestígio, sem a qual não seria ele, jamais, um chefe? Foi ele, sempre, um homem de opções — como a que o fez afastar-se da presidência do ministério no gabinete iniciado em setembro de 1848. O que deve ter havido, nele, é o admirável poder intelectual de distinguir entre o que julgava essencial e o que julgava secundário, encontrando no disciplinado caráter o outro poder tanto de ser teimoso — como foi chamado — quanto de ser contemporizador, conforme as circunstâncias. Talvez também por isso, porque distinguisse nitidamente o importante e o superficial, não se dissipou em palavras ou em gestos: não deixou muitos elementos para que se visse o que havia no seu íntimo. Não se desvendou através de confidências ou descuidos. O que deixou na história foi o seu ser, firme e compacto como um bloco, e a sua ação que era a relação concreta da personalidade reservada com a mutável conjuntura e com os indivíduos mais mutáveis ainda. Quem quiser que o interprete à vontade: ele está ali, positivo e seguro.

* * *

A nomeação do gabinete, pondo fim ao predomínio dos liberais com a subida dos conservadores, foi feita em 29 de setembro mas a Câmara dos Deputados, onde era grande a maioria do partido agora afastado, só se conseguiu reunir no dia 2 de outubro, abrindo o fogo o vivaz Teófilo Ottoni. Queria saber o motivo da queda do ministério de Paula Sousa, quando nenhuma votação parlamentar justificava semelhante substituição. A peça oratória é veemente e acusa o novo governo de se estar esquivando a aparecer perante os deputados e de ter oferecido à outra Casa do Parlamento apenas a famosa declaração de “nada prometer, a fim de não ser acusado, depois, de haver falhado”... Rodrigues de Souza seguiu-se na tribuna para acentuar como era, êsse, “um programa enigmático”, acrescentando que “se tal silêncio pode ter algum efeito positivo é para autorizar suspeitas vagas, ainda as mais absurdas”.

Com efeito, elevada à categoria de plataforma de governo, semelhante frase, mais do que um sinal de prudência, era um desistimento, um esforço de distrair as atenções e ganhar tempo para fazer alguma coisa bem diversa.

Deixar que o Vice-Reinado ressuscitasse não era apenas permitir a formação de um poderoso e ambicioso concorrente: era, sobretudo, renegar uma orientação que se mostrara pacífica e benemérita. Teríamos de atender aos apelos que nos vinham do Uruguai no seu desejo de continuar soberano. Até onde, porém, seríamos arrastados, se não nos mantivéssemos inteiramente alheios a tôdas aquelas intrigas e confusões?

Era êsse o problema que se apresentava aos governantes brasileiros. Quase todos se convenceram de que era imperioso intervir. Olinda, porém, resistiu. Também êle — diz o Sr. Heitor Lyra — “não se iludia sôbre as intervenções imperialistas de Rosas”; apenas, acreditava em meios suasórios e queria evitar que a situação fôsse colocada em termos que a conduzissem ao extremo. “Nenhum (dos nossos estadistas) queria a guerra a todo custo. Mas, nenhum também queria evitá-la a todo custo, como era o propósito de Olinda”. E o historiador de Pedro II que, à parte seus juízos pessoais, delineia muito claramente a questão, esclarece, apoiando-se em Nabuco, que Araújo Lima achava faltarem-nos “recursos tanto militares como financeiros, para lutarmos vitoriosamente contra a coligação de Rosas e Oribe. Temia que uma guerra infeliz, além de favorecer os planos de Rosas, custasse a vida ao próprio trono e à monarquia”.

O que interessa no episódio é a visão e a coragem do antigo Regente. Êle viu que nos envolveríamos nos conflitos do Prata — ora aliando-nos ao Paraguai, protegendo-o e armando-o como naqueles anos, ora tendo de defender-nos contra êle como dali a vinte anos, quando Olinda será chamado de nôvo ao Govêrno para preparar o esforço bélico e conduzir a guerra que havia talvez previsto e certamente receado. Viu isso, e teve a coragem de se singularizar opondo-se. É possível que a única saída eficaz, fôsse aquela perigosa, que os outros escolheram. No entanto, a sua figura recorta-se, nesse debate, com inegável grandeza.

Quatro vêzes, Pedro de Araújo Lima foi chamado a presidir o govêrno do país na qualidade de Chefe do Gabinete ministerial. E eram, tôdas, ocasiões de especial gravidade.

O primeiro chamado ocorreu em 1848, quando as exigências íntimas da nação reclamavam o encerramento de um estado de coisas que vinha das inquietações iniciais e que já não possuía qualquer razão de ser. Através de idas e vindas, de altos e baixos, configurara-se um conjunto de princípios e instituições que eram mister introduzir na prática da existência cotidiana. A lei suprema, a autoridade suprema estavam instauradas e reconhecidas; as antigas disputas do constitucionalismo e do republicanismo, do próprio eventual separatismo, deveriam ser esquecidas, sepultadas. Com a sua reta consciência, Paula Souza demite-se do govêrno que chefiava em nome de uma tendência liberal ultrapassada e sugere ao Imperador o nome do adversário — o visconde, futuro Marquês de Olinda.

A situação que dessa maneira se estabelece, como que se coroa no admirável quatriênio de Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná. “O grande homem — dirá Euclides da Cunha — demarca um período decisivo da nossa história continental, e centraliza-a. Enfeixa as energias do passado e desencadeia as do futuro. Separa duas épocas. Foi o ponto culminante do Império”. Morre êle em 1856 e embalde Caxias recebe a incumbência de continuar a obra política realmente excepcional: fora do campo específico do seu gênio, era apenas um homem de partido. Araújo Lima é que vem preparar o advento da nova política, em que se tentará colocar em termos de renovação o inevitável dualismo das tendências, a discriminação dos novos conservadores e dos novos liberais. Governa de maio de 57 a dezembro de 58 — para voltar em 1862, substituindo um gabinete que apenas durou três dias; sua função agora é suscitar a organização em verdadeiro partido, do que fôra até então simples aliança imprevisível: o partido progressista envolve o abandono, por Olinda, dos velhos arraiais conservadores.

Na séria experiência política que se está promovendo, o então ainda Visconde de Olinda é o timoneiro a que se recorre tanto para vencer as crises como para atravessar as calmarias. Êle se move acima das ondas e entre os ventos. Quando Caxias enrijece o roteiro ou quando Zacarias lhe vê arrancado o comando, é ao velho marujo que se recorre — não aos seus

ressentimentos mas ao seu objetivismo, à espécie de co-naturalidade com que, desde as Côrtes de Lisboa, não se alarma nem se precipita em face dos temporais. Com essa autoridade vem êle para o lado dos jovens Nabuco de Araújo, Saraiva e Zacarias, tentar uma orientação mais livre, mais adequada às circunstâncias.

Tão promissora parece a liga então fundada que, pouco depois, irrompendo a guerra do Paraguai e fazendo-se necessário concentrar o país para o esforço da luta difícil, vem novamente à presidência do ministério, pela quarta e última vez, o Marquês de Olinda, com os seus mais de setenta anos de idade.

A guerra do Paragui desenrolou-se, difficilmente, em três planos — dois dos quais têm sido bem estudados. O terceiro, porém, tem sido deixado à margem, embora tenha sido fundamental.

Há, na luta, um aspecto diplomático e outro, militar. Temos feito justiça aos que, sob essas duas faces, conduziram o país à vitória final, seja encaminhando as alianças e os tratados, seja destroçando a resistência inimiga e conquistando, palmo a palmo, o seu terreno. Nada disso, porém, teria sido viável, se não houvesse, na retaguarda, um esforço administrativo do qual bem poucos se lembram.

Com efeito, a guerra exigiu de nós uma organização de energias e recursos que nem as nossas campanhas bélicas anteriores nem — muito menos — a nossa problemática cotidiana e rotineira nos tinham reclamado nunca. Tivemos de nos aparelhar para duras batalhas travadas a milhares de quilômetros dos nossos centros vitais, das nossas regiões mais ricas ou desenvolvidas. Para lutar em Humaitá e Cerro-Corá, tivemos de enviar víveres e armas, remédios e roupas, descendo pelo Oceano até Montevideu e Buenos Aires, e subindo o rio até os quartéis da tropa. Tivemos de construir hospitais e estradas — e para isso foi necessário, por sua vez, desvendar uma geografia até então ignorada. A guerra naquele cenário distante e custoso de atingir, não foi apenas questão de coragem e bravura: foi questão de organizar um exército e preparar uma esquadra em condições de levar a cabo semelhante empreza.

Têrmos reunido e sistematicamente disposto todos êsses ele-

mentos, dando-lhes aptidão para vencer a guerra num teatro assim longínquo — eis o que foi a nossa maior vitória, não sobre o inimigo, mas sobre nós mesmos: sobre as nossas distâncias, sobre a nossa pobreza, sobre a dispersão de nossas gentes e a precariedade de nossas técnicas. Heroísmo individual ou coletivo não nos faltara jamais; o que nunca havíamos demonstrado era tamanha capacidade de articulação e produtividade. E o que isso veio a significar para a unidade nacional, como travejamento de nossas estruturas interiores e como consciência de nossas possibilidades, de nossos poderes — parece-me que seja o saldo positivo que resultou da provocação.

Sem que semelhante esforço se efetivasse nas oficinas e nas repartições, longe do entusiasmo dos riscos guerreiros e da animação das glórias marciais, o resto seria impossível. A batalha anônima da administração é que preparou a vitória. E afigura-se injustiça que não se tenham posto os diretores de serviços na mesma evidência que os generais e os embaixadores.

O Marquês de Olinda, ministro do Império entre maio de 1865 e agosto de 1866, isto é: quando a vitória do Riachuelo prende Lopez no seu próprio terreno e começa, de nosso lado, a preparação para vencer as defesas tidas como inexpugnáveis — terá sido um dos grandes comandantes dessa jornada obscura mas decisiva.

Havia, sem dúvida, e funcionavam, no gênio de Pedro de Araújo Lima, aquelas qualidades que o fizeram ser apresentado como um bom projeto de rei constitucional: a vocação de árbitro isento, incontaminado pelas paixões que estivessem dividindo os outros. Havia nêle também, no entanto, qualidades que se diriam antagônicas a essas outras, de iniciativa e responsabilidade no comando. Terá sido a composição entre elas que fez a sua força e, cumulativamente, o seu mistério. No fim, certo grupo numeroso de intérpretes e críticos terá encontrado a fórmula cômoda mas injusta: de um lado, a condição de ex-regente dava-lhe prestígio e autoridade; de outro, o amor-próprio dava-lhe inspiração e ímpeto. O homem profundo desaparecia — o que o habilitava a exercer tão diversas funções históricas.

Talvez fôsse mais justo e mais certo reconhecer nele, equi-

libradas, a clarividência e a energia. Uma levava-o a considerar objetivamente a realidade exterior, inclusive manifestando-se nas tendências e opiniões alheias; desde o começo, êle foi assim, desde as Côrtes de Lisboa onde permaneceu até a conclusão final, vendo o rumo definitivo para escolher a própria posição. A outra suscitava-lhe o ânimo de, em face da realidade assim observada e medida, tirar uma conclusão e levá-la para a frente; aqui, a sua especialidade seria a de tirar do atoleiro carros que nele se tivessem metido.

A imagem pode ser que sirva para expressar a vida política brasileira quando os movimentos naturais animadores dos partidos na fase da Independência e da organização quedaram sem sentido — depois de o Imperador estar no seu trono e o Parlamento nos seus ministérios. Olinda líquida em 1848 o passado, para que Paraná inicie outra vida. A morte de Honório Hermeto altera os planos, recai-se na confusão e Olinda reaparece com a sua Liga, projeto de criação de coisas novas, ante o que não somente se rebelam senão também se escandalizam os temperamentos não inclinados a aceitar as mudanças do tempo.

Entre êles, José de Alencar.

A carta pública e famosa que “Erasmus” escreve ao Marquês de Olinda encerra elogios que poderiam ser tomados ao pé da letra, mas a que as intenções do autor fazem acréscimos envenenados de ironia: “enchestes com o vosso nome o livro do segundo reinado; rara é a página em que não figure êle no alto. Estreastes regente; era natural que acabásseis Vice-Rei. Poder moderador responsável, cobrindo o poder moderador irresponsável, representais o tronco rugoso e vetusto de oculta e possante estirpe”.

Tudo, porém, para que? Para, no fim, dissolver o partido conservador, num gesto de ressentimento e vingança... A isso, José de Alencar resumiu a obra política do brasileiro ilustre! E figurou a voz da pátria interpelando o excelso campeão: “a rija têmpera e a fibra indomável que hás mostrado com asombro de todos e vergonha desta mocidade indolente, não sentes que devam ter mais nobre emprêgo do que o serviço doméstico do teu amor próprio ofendido?”

Aos olhos de Alencar, a atitude do Marquês valorizando

os homens novos, por cima das divisões partidárias, era a vingança da mágoa causada pelos companheiros do ministério conservador que tinham consentido na demissão de 1849... O Marquês cozinhou o despeito por longos anos, até ser-lhe dado o prazer mórbido de destruir as falanges tradicionais e gloriosas. “Quem primeiro deu o exemplo das mesclas ministeriais, com o intento de enxertar um em outro partido? Quem levantou de repente da obscuridade em que jaziam os homens sem experiência e traquejo que vieram desgraçar a Pátria?” Assim, o coerente exercício da função de quem fôra apelidado de “rei constitucional”, de não se prender aos interesses partidários ou de procurar estadistas novos quem organizara o “ministério das águas” — parecia ao ficcionista simples façanha de raiva e de ambição.

A eventual autoridade que tivesse Alencar para semelhante objurgatória, seria destruída pela sua posterior carreira política: o pessoalismo de suas atitudes será muito mais acentuado e muito menos justificado que o de Araújo Lima.

Êste, àquelas alturas, como que se habituara a ver o Brasil em perspectivas essenciais: passando os reis e as instituições, os partidos e os oradores. Restando apenas, a esperar e crescer, alguma coisa indizível e inabalada — a Nação.

Machado de Assis olhara-o, antes dessa verrina de Alencar, n’*O Velho Senado*: “Olinda aparecia-me envolvido na aurora remota do reinado e na mais recente aurora liberal”... Era, portanto, um homem superior ao tempo, a participar das sucessões que ocorrem nele, ou a prepará-las. O cronista alude à surdez de que sofria o estadista e a cujo respeito anota: “não seria tão surdo”. E põe o retoque decisivo no retrato: “quando tinha de responder a alguém, ia sentar-se ao pé do orador e escutava atento, cara de mármore, sem dar um aparte, sem fazer um gesto, sem tomar uma nota. E a resposta vinha logo: tão depressa o adversário acabava, como êle principiava, e, ao que me ficou, lúcido e completo”.

São dois adjetivos que cabem inexcetavelmente a Pedro Lima, visconde e, depois, Marques de Olinda. Assim está êle na história da Pátria — lúcido e completo não somente em seus discursos do Senado senão em tôda a sua carreira.